NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 54/2018
DATA: 25/09/2018
ORIGEM: 3ª GRD/UEP

1. OBJETIVO

Manifestar esclarecimentos quanto ao pedido de impugnação do Edital nº03/2018, encaminhado pela empresa “Hidrocel Comercio e Serviços Eireli – EPP” (CNPJ: 11.985.225/001-60), acostado às fls. 396/402 do processo administrativo nº 59530.000563/2018-90.

2. DOS FATOS

2.1. Sobre o objeto questionado.

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO - SRP Nº 03/2018: Contratação de empresa do ramo da engenharia para perfuração, montagem e instalação de 300 (trezentos) poços tubulares em áreas de rochas cristalinas, sendo 130 com motobomba e 170 com catavento; perfuração e instalação de 10 (dez) poços tubulares em áreas de rochas sedimentares; e instalação de 200 (duzentos) poços tubulares em áreas de rochas cristalinas, sendo 80 com motobomba e 120 com catavento; todos localizados em municípios diversos do Estado de Pernambuco, inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, através da constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP. (processo administrativo nº 59530.000563/2018-90)

2.2. As alegações.

Afirma a empresa HIDROCEL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI EPP que o EDITAL DE PREGAO ELETRONICO nº. 003/2018 “*é composto pela junção no mesmo Grupo de obras e serviços compostos por objetos de natureza distinta,...*”, restringindo o universo de participantes e transgredindo o “*princípio da competitividade e da igualdade*”.

Conforme se infere da literalidade do subitem 1.1. do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018, o referido instrumento convocatório é composto pela junção no mesmo GRUPO de obras e serviços compostos por objetos de natureza distintas, sendo tal prática vedada pela Lei 8.666/93, sobretudo em seus artigos 3º e 23, cuja aplicação encontra-se plenamente respaldada em reiteradas decisões do lavra do c. Tribunal de Contas da União, por restringir o universo de participantes, vilipendiando, assim, o princípio da igualdade e competitividade, sem quaisquer fundamentos **previamente comprovados e expressos no processo licitatório**, a justificar eventual exceção às normas legais impositivas da adjudicação por item, quando o objeto licitado for divisível, consoante será minudentemente discorrido linhas adiante.

2.3. Do requerimento

É pleiteado pela **Hidrocel Comercio e Serviços Eireli – EPP** a impugnação do referido edital, bem como o parcelamento por item do objeto licitado.

O **ACOLHIMENTO** e **TOTAL PROVIMENTO** da presente **IMPUGNAÇÃO** ao item 1, subitem 1.1. **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003 / 2018 – SRP** - para que seja **EXCLUÍDA A EXIGÊNCIA DE ADJUDICAÇÃO DA TOTALIDADE DO OBJETO A ÚNICA EMPRESA LICITANTE**, IMPONDO-SE A ADJUDICAÇÃO PARCELADA, POR ITENS, E NÃO POR GRUPO ÚNICO, DEVENDO AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO ADEQUAREM-SE A ESSA DIVISIBILIDADE, sob pena de violação de lei expressa e consequente nulidade do certame;

2.4. Da apreciação técnica quanto ao pleito da impugnante.

A alegação da impugnante é improcedente e contraditória, tendo em vista que o objeto licitado é obvio e irrefutável: **PERFURAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM MUNICÍPIOS DIVERSOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**

Observo ainda a vantajosidade em razão da escala de contratação, conforme Sumula 247 do TCU: “ ... admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala,...**” e Acórdão n.º 3059/2010-Plenário, TC-007.657/2008-3, rel. Min. Augusto Nardes.

3. CONCLUSÃO

Diante de exposto julgamos **INDEVIDA** a manifestação remetida pela empresa “Hidrocel Comercio e Serviços Eireli – EPP”, CNPJ: 11.985.225/001-60.

Alessandra Cristina Rossin
Chefe da 3ª GRD/UEP
CODEVASF